

HISTÓRIA ORAL PRODUZIDA POR INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: A EXPERIÊNCIA DA FUNDAÇÃO ARQUIVO E MEMÓRIA DE SANTOS

José Esteves Evagelidis*

Resumo

O presente artigo trata do Programa Memória-História Oral, da Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS), que existe desde 2008 e entrevistou, nesse período, mais de duas centenas de pessoas que tiveram participação nas vidas artística, cultural, política, social e esportiva da cidade de Santos. O acervo do programa fica na sede do Arquivo Permanente da FAMS, à disposição para consulta de pesquisadores e demais interessados. Como objetivo amplo, o programa busca preservar a história e memória da cidade por meio da produção e conservação de novos documentos, colhidos por meio de entrevistas e utilizando a metodologia da História oral, descrita e analisada por autores como Alberti, Ferreira e Meyhy. Entre os objetivos específicos do programa estão a atualização constante do acervo, produzindo e incorporando documentação oral audiovisual e sua disponibilização para consulta, edição de publicações sobre o acervo do programa e sobre os temas memória e História oral, além da participação e organização de eventos que tratem dos temas de História, memória e História oral.

Palavras-chave: História oral, História do tempo presente, arquivos públicos.

Em 1992 foi criado o Centro de Memória de Santos, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. No ano seguinte, após uma reforma administrativa, o órgão passou a denominar-se Centro de Memória Cultural, desta vez subordinado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Em 1994 uma nova alteração modificou o nome da instituição para Centro de Memória e Arquivo, agora subordinado à Secretaria de Administração da cidade de Santos. A busca por maior autonomia administrativa e agilidade na busca de recursos humanos, técnicos e financeiros ao Centro de Memória teve como resultado a criação, em 1995, da Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS).

* Mestre em Educação pela Universidade Católica de Santos, jornalista e coordenador do Programa Memória-História Oral, da Fundação Arquivo e Memória de Santos.

A FAMS é uma instituição que trabalha com o apoio da administração municipal no gerenciamento dos arquivos públicos da Prefeitura de Santos e com a memória documental e iconográfica da cidade, com o objetivo de garantir a salvaguarda, a preservação e a disseminação deste patrimônio. Seu acervo está dividido entre os arquivos Permanente, Intermediário e Geral, e é composto de cerca de três milhões de documentos, que datam do final do século XVIII aos dias atuais, e que vão desde históricos de sepultamentos e processos administrativos da Prefeitura até raridades como registros de personalidades importantes no contexto da história santista. No Arquivo Permanente se encontra o mais antigo documento que conta um detalhe dos primórdios de Santos: um contrato para a pesca da baleia, datado de 1765.

A Fundação possui, ainda, um acervo fotográfico de mais de 300 mil imagens de Santos e região. Uma das grandes preocupações da instituição é a difusão e preservação da história e a memória da cidade, apoiando, inclusive, projetos e iniciativas que contribuam para esse fim. Com esse objetivo são realizados periodicamente cursos, roteiros, palestras e exposições fotográficas sobre patrimônios, arquivologia e gestão documental.

O Programa Memória-História Oral da FAMS existe desde o ano de 2008, e já entrevistou mais de duas centenas pessoas que tiveram participação nas vidas artística, cultural, política, social e esportiva da cidade de Santos. O acervo do programa fica na sede do Arquivo Permanente da FAMS, no centro histórico de Santos, e está à disposição para consulta de pesquisadores e demais interessados.

O objetivo amplo do Programa Memória-História Oral é o de preservar a história e memória da cidade de Santos por meio da produção e conservação de novos documentos, colhidos através de entrevistas e utilizando a metodologia da História oral. Entre os objetivos específicos do programa estão a atualização do acervo, produzindo e incorporando documentação oral audiovisual; disponibilização do acervo de depoimentos para consulta a interessados, edição de publicações sobre o acervo do programa e sobre os temas memória e História oral; participação em eventos acadêmicos e não acadêmicos que tratem dos temas de História, memória e História oral, bem como a organização de eventos que tratem dos

mesmos temas, em parceria com universidades e outras entidades públicas e privadas.

As entrevistas são realizadas, após agendamento com os entrevistados, no estúdio do Centro Universitário Monte Serrat (UNIMONTE), instituição parceira da FAMS no programa. As entrevistas, captadas em vídeo e áudio digitais, são copiadas para a mídia DVD e colocadas à disposição para consulta no acervo do programa. Ao final do ano é realizado um evento onde todos os entrevistados do período recebem uma cópia da entrevista e uma lembrança do Programa Memória-História Oral.

A preocupação com a história e a memória da cidade se justifica pelo fato de Santos ter uma participação importante no desenvolvimento do estado de São Paulo. A expansão econômica e urbana da cidade teve início no fim do século XIX por causa do porto, que servia de escoadouro do café, à época o principal produto de exportação do país. Para atender às necessidades da economia cafeeira, Santos passou por uma contínua urbanização: substituição dos trapiches por cais de pedra, canalização de rios e ribeirões que provocavam enchentes, alargamento e fundação de novas ruas, avenidas e praças.

Os recursos gerados pelo café trouxeram a Santos a mais cara e moderna tecnologia: em 1867 foi inaugurada a São Paulo Railway, ligando o porto a Jundiaí, passando pela capital. Em 1871 a cidade ganhava as primeiras linhas de bondes, puxados a burros, e em 1872 já contava com serviço domiciliar de abastecimento de água e gás encanado. A energia elétrica chegou em 1903, e o primeiro bonde movido a eletricidade passou a circular em 1909 (PIMENTA, 2002: 21).

As significativas transformações ocorridas em diversos setores atraíram trabalhadores nacionais e estrangeiros para o porto, ocasionando um expressivo aumento populacional, saltando de nove mil habitantes em 1872 para 102 mil em 1920 (PIMENTA, 2002:21). Este fato levou a uma preocupante desordem urbana, agravada por inundações e doenças endêmicas que ameaçavam o desenvolvimento econômico e social local. O projeto concebido pelo engenheiro sanitário Saturnino de Brito, em 1894, visava sanear a cidade com a criação de duas redes separadas, uma para escoar as águas pluviais e outra para esgotos, com a criação de canais de drenagem a céu aberto, que ligaram o estuário à baía de Santos. O projeto entrou

em funcionamento em 1912, criando as condições necessárias à implantação definitiva do porto e o fortalecimento econômico do município, dinamizando a vida da cidade em termos sociais e culturais.

Devido ao porto e seus trabalhadores, a cidade de Santos foi palco de intensa atividade operária, com greves e paralisações desde a primeira década do século XX. Tal atividade legou a Santos a dupla designação de “Barcelona Brasileira” e “Cidade Vermelha” ou “Moscou Brasileira”. O primeiro epíteto refere-se ao predomínio anarquista nas duas primeiras décadas do século XX, o segundo à maioria comunista no movimento sindical, principalmente entre a Segunda Guerra Mundial e o Golpe de 1964. Os apelidos apresentavam Santos como uma cidade politicamente radical, cujos trabalhadores estariam inclinados a ideologias e políticas de combate ao capitalismo (SILVA, 2003: 27).

Após o golpe militar de 1964 foram realizadas violentas invasões dos sindicatos e cassação de políticos, gerando na cidade uma crescente escalada de terror e medo. Em um depoimento concedido para o livro “Sombras sobre Santos”, de Ricardo Marques da Silva e Carlos Mauri Alexandrino, no início de 1988, o coronel do Exército Erasmo Dias (o mesmo que prendeu centenas de estudantes no congresso da União Nacional dos Estudantes – UNE – em Ibiúna, em 1968, e um dos líderes militares do golpe de Estado na Baixada Santista), fez as seguintes afirmações:

“Santos foi onde a revolução correu maior perigo, maior risco. A cidade era como um ponto de partida, a própria origem da revolução. Porque aqui o esquerdismo adquiriu uma força potencial que não existia no Brasil inteiro. Durante um ano não houve um dia em que não tinha uma greve. A Câmara de Santos era dominada pelos comunistas, o prefeito de Santos era ligado aos comunistas, toda a potencialidade política de Santos estava nas mãos do que eu costumo chamar de peleguismo sindical comunista. Essa força vinha do sindicalismo. Aqui tinha um tal de Fórum Sindical de debates que era uma espécie de soviete (grifo original), que para mim foi o primeiro soviete que tentaram implantar no Brasil, para a revolução socialista. Eles paravam Santos quando queriam” (ALEXANDRINO; SILVA, 1988: 14).

Neste cenário, Santos perdeu sua autonomia política, sendo governada por prefeitos nomeados pelo governo militar entre 1969 e 1984:

Golpeada de modo particular em 1964 e novamente em 1969, a cidade perdeu parte da misteriosa alquimia resultante da combinação de brilho, ousadia, originalidade e espírito de resistência que sempre

a caracterizou. Mais que irreversíveis danos políticos e econômicos, a opressão comprometeu a identidade cultural e social de Santos e do seu povo, e os jovens foram as suas maiores vítimas, pelo que não sabem (ALEXANDRINO; SILVA, 1988: 4).

Além dos movimentos sindical e político, o porto fomentou as atividades econômicas na cidade, e as vidas social, artística, cultural e esportiva em Santos tiveram grande desenvolvimento ao longo do século XX, com várias personalidades se destacando nas mais variadas áreas.

Atraídos pela riqueza gerada pelo porto, muitos estrangeiros se instalaram na cidade. Santos ficou famosa como “porta de entrada de imigrantes”, principalmente italianos, que vinham para o Brasil com as despesas pagas para trabalhar nas fazendas de café do interior. Os imigrantes que se instalaram em Santos foram aqueles que emigravam por conta própria para procurar emprego nas cidades mais ricas. O maior grupo de imigrantes na cidade foi sempre o português (25% da população da cidade, em 1913) seguidos pelos espanhóis (10%, também em 1913) e, em menor número, italianos, sírio-libaneses e japoneses. Todos criaram instituições de cultura e beneficência, da qual a pioneira foi a Sociedade de Beneficência Portuguesa, fundada em 1859, seguida pelo Centro Español e Repatriación (1895), Real Centro Português (1895), Società Italiana di Beneficenza (1897) e Sociedade Beneficente Syria (1904) (PIMENTA, 2002:25).

No esporte, desde o início do século XX, Santos marcou presença em quase todas as modalidades, tendo entre seus esportistas campeões paulistas, brasileiros, sul-americanos e mundiais, de regatas, natação, polo aquático, bola ao cesto, xadrez, motociclismo, tiro ao alvo, futebol e outras modalidades. Os atletas eram ligados a clubes esportivos e sociais tradicionais, como o Clube de Regatas Santista, Clube Internacional de Regatas, Clube de Regatas Vasco da Gama, Clube de Regatas Saldanha da Gama, Clube Atlético Santista, Jabaquara Atlético Clube, Santos Moto Clube, Clube de Xadrez, Associação Atlética Portuguesa, Associação Atlética dos Portuários, Santos Atlético Clube e Santos Futebol Clube (SANTOS, 1986: 389-391).

Na área artística e cultural, a cidade contribuiu e ainda contribui com diversos artistas talentosos. Os dramaturgos Plínio Marcos e Carlos Alberto Sofredini tornaram-se autores expressivos do moderno teatro brasileiro, e atores e atrizes com

projeção nacional têm ligação com Santos, como Cacilda Becker, Cleyde Yaconis, Ney Latorraca, Nuno Leal Maia, Alexandre Borges, Sérgio Mamberti, Cláudio Mamberti, Jandira Martini, Jonas Mello, Bete Mendes, Lolita Rodrigues, além de escritores, músicos, compositores, pintores, escultores etc.

No intuito de preservar as memórias de tão rica história, as entrevistas realizadas pelo Programa Memória-História Oral da FAMS são predominantemente temáticas:

Em geral, a escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos. Nesses casos, o tema pode ser de alguma forma “extraído” da trajetória de vida mais ampla e tornar-se o centro e objeto das entrevistas (ALBERTI, 2006: 175).

As mais de duzentas entrevistas realizadas nos cinco anos de existência do Programa Memória-História Oral da FAMS (em julho de 2013, o número de entrevistas chegou a 223) estão atualmente classificadas em oito temas: Artes e Cultura, Diversidade Étnica, Educação, Esportes, Política, Porto, Sindical e Social. O acervo do programa conta, ainda, com entrevistas produzidas antes de sua criação e recebidas em doação, como o projeto Memória Sindical, realizado pelo Centro de Memória e Arquivo de Santos, que colheu 30 depoimentos de trabalhadores ligados ao movimento sindical da cidade, realizado entre os anos de 1930 e 1964, e o projeto Grandes Personagens do Esporte Santista, resultado de uma parceria entre o Centro de Memória Esportiva Museu De Vaney e a Universidade Santa Cecília, cuja coleção conta com 50 depoimentos de atletas amadores que competiram representando a cidade no século passado.

Segundo Amado e Ferreira (2006), podemos reduzir a três as posturas a respeito do estatuto da História oral. A primeira defende ser a História oral uma técnica; a segunda, uma disciplina; a terceira, uma metodologia. Os defensores da História oral como técnica se interessam pela aparelhagem, modos de gravações, transcrições e conservação de entrevistas. Para essas pessoas, a História oral não passa de um conjunto de procedimentos técnicos para a utilização do gravador na pesquisa e para a conservação das fitas, após as entrevistas.

Já os que advogam para a História a posição de disciplina escoram-se em argumentos complexos e contraditórios entre si, porém partem de uma ideia comum: a História oral inaugurou técnicas próprias de pesquisa, procedimentos únicos e um conjunto singular de conceitos; conjunto esse que norteia as duas outras instâncias, dando-lhes significado e unidade.

Ainda segundo as autoras, para os defensores da História oral como metodologia, a História oral, como todas as metodologias, apenas define e ordena os procedimentos de trabalho, como os vários tipos de entrevistas, transcrições, maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências sobre o seu trabalho. Essa visão, da qual o Programa Memória-História Oral da FAMS também compartilha, não permite classificar a História oral somente como prática. Porém, assim como as autoras citadas, compreendemos que a metodologia da História oral é capaz apenas de provocar, jamais de solucionar questões. Tais respostas devem ser buscadas na teoria da História, onde estão os conceitos capazes de pensar, de modo abstrato, os problemas criados pelo fazer histórico.

Nesta vertente, o programa privilegia o estudo das representações, atribuindo um papel central às relações entre memória e História, com o intuito de refinar a discussão sobre os usos políticos do passado. Assim, a subjetividade e as eventuais deformações do depoimento oral não são vistas como elementos negativos, da mesma forma como a elaboração dos roteiros e a realização das entrevistas não estão focadas para a checagem das informações nem na busca de elementos que possam se constituir em contraprova do que foi dito pelo entrevistado. As falhas e distorções da memória podem revelar antes um recurso, pois a veracidade dos depoimentos não é a preocupação central (FERREIRA; FRANCO, 2009: 92). Acreditamos que a História oral, hoje, é um caminho interessante para se conhecer e registrar as várias possibilidades que se manifestam e dão sentido às escolhas de forma de vida de diferentes grupos sociais (ALBERTI, 2006: 164).

Em relação à interpretação e análise das entrevistas, entendemos que, como toda fonte histórica, a entrevista de História oral deve ser vista como um “documento monumento”, conforme a definição de Jacques Le Goff:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época,

da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo (LE GOFF, 2003: 537-538).

Concordando com Le Goff, o dever principal do historiador é a crítica do documento - qualquer que ele seja - como monumento (2003: 535-536). Assim, o pesquisador que trabalha com entrevistas de História oral como fontes deve ser capaz de “desmontá-las”, analisando as condições de sua produção, para utilizá-las de forma plena. No entanto, é preciso atentar para o fato de que, quando Le Goff afirma que todo documento é mentira, isso não significa que uma entrevista de História oral ou qualquer outro documento produzido pela sociedade são ficção. Para compreender as condições de produção de documentos-monumentos é preciso reconhecer a distância que os separa de textos de ficção e, mais do que isso, ter clareza sobre o fato de que uma entrevista de História oral não é produzida para ser mentira (ALBERTI, 2009: 184).

O Programa Memória-História Oral da Fundação Arquivo e Memória de Santos compartilha, ainda, da visão de José Carlos Sebe Bom Meihy:

Com uma alternativa ampla e plausível, destacada do exclusivismo acadêmico, a história oral se apoia exatamente na adesão de pessoas dedicadas a pensar a vida social em sentido público e por meios não estritamente convencionais. Sem se isolar do contingente acadêmico, é para o exercício da democracia e do conhecimento que ela se faz (MEIHY, 2005: 25).

Para concluir, assim como Meihy, acreditamos que, com vocação para tudo e para todos, a História oral respeita as diferenças, facilitando a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas: “Todos são personagens históricos, e o cotidiano e os grandes fatos ganham equiparação na medida em que se trançam para garantir a lógica da vida coletiva” (MEIHY, 2005: 25).

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezy (org.). **Fontes Históricas**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 155-202.

ALEXANDRINO, Carlos Mauri; SILVA, Ricardo Marques da. **Sombras sobre Santos: o longo caminho da volta**. Santos: Secretaria Municipal de Cultura, 1988.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da História oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FERREIRA, Marieta de Moraes; Franco, Renato. **Aprendendo História: reflexão e ensino**. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

PIMENTA, Marcus Aurelius Pimenta. **Caminhos do mar: memórias do comércio da Baixada Santista**. São Paulo: Museu da Pessoa, 2002.

SANTOS, Francisco Martins dos. **História de Santos**. 2.ed.. São Vicente: Caudex, 1986.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.